
Professoras e Colaboradoras da Imprensa: Escrita de Mulheres no Berro D'Água¹

Naidilane Vitória Amorim LINO²
Jônatas Pereira do Nascimento ROSA³
Andréa Cristiana SANTOS⁴
Edonilce da Rocha BARROS⁵

Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro, BA

RESUMO

Este artigo investiga fragmentos da escrita de mulheres no jornal *O Berro D'Água*, periódico alternativo que circulou em Juazeiro, Bahia, nos anos de 1987 e 1988, com a finalidade de compreender como essas mulheres ao emitirem opinião introduziram visões de mundo que refletem os desafios da sociedade contemporânea. Para tanto, a pesquisa de caráter documental analisou 13 edições do jornal, no qual foram encontrados seis artigos, três poesias, uma crônica, uma resenha escrita por mulheres e duas entrevistas de professoras, nas quais se evidenciam escritas de si. Verificou-se que a inserção das mulheres na esfera pública juazeirense trouxe discussões que permanecem atuais como a luta pela emancipação feminina e a necessidade de romper com o processo histórico de supressão de direitos de uma geração de mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; mulheres; imprensa, O Berro D'Água.

Introdução

Encontrar os vestígios, fragmentos da escrita de mulheres, professoras, poetisas e colaboradoras da imprensa de Juazeiro, norte da Bahia, é desvendar um fio de Ariadne, no qual busca-se investigar a presença dos corpos femininos, muitas vezes invisibilizados no

¹ Trabalho apresentado no IJ01 - Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo em Múltiplos e integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento (UNEB), e-mail: naidy.a54@gmail.com.

³ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo em Múltiplos da UNEB e integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento (UNEB), e-mail: jonataspereiradonascimento@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação (UFRJ), professora do Curso de Jornalismo em Múltiplos da UNEB-BA e vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento (UNEB). e-mail: andcsantos@uneb.br

⁵ Orientadora do trabalho. Doutora em Ciências Humanas (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) e líder do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento (UNEB), e-mail: eb Barros@uneb.br

campo da imprensa regional. Reconstituir este fio de Ariadne é compreender historicamente a produção intelectual do segmento feminino como um reconhecimento do saber produzido e da afirmação da luta política pelo espaço de poder e o direito à educação. Como afirma Saffioti (2003), historicamente as mulheres iniciaram a formação educacional nos colégios religiosos. Contudo, por não serem gratuitos, muitas delas foram excluídas do processo educacional, repercutindo, portanto, na instrução da população feminina.

Posteriormente, o número reduzido de escolas normais comprometeria o encaminhamento das mulheres aos cursos secundários, representando um sério obstáculo à sua profissionalização, pois, diferentemente dos colégios oficiais, não davam acesso direto aos cursos superiores, nem permitiam a realização de outros cursos de caráter eminentemente profissional (SAFFIOTI, 2013).

Diante deste contexto histórico, este artigo investiga fragmentos da escrita de mulheres no jornal *O Berro D'Água*, periódico alternativo que circulou em Juazeiro, Bahia, nos anos de 1987 e 1988. Deve-se destacar que este estudo é desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento, a partir de materiais documentais encontrados no Acervo Maria Franca Pires⁶, localizado no Departamento de Ciências Humanas, campus III, da Universidade do Estado da Bahia, situado em Juazeiro. O acervo é constituído por rica documentação histórica, datada do início do século XX, a partir de um trabalho de pesquisa realizado pela professora Maria Franca Pires, com registro da história da educação e cultura da região, bem como a guarda e conservação de materiais como fotografias, jornais, entre outros.

Foi justamente no acervo que encontramos uma edição de *O Escrínio*, produzido por Aracy Coelho Braga na cidade pernambucana no ano de 1939. O periódico era escrito por mulheres, a maioria estudantes do Colégio Maria Auxiliadora, com publicação literária. Entre as demais publicações jornalísticas, foi encontrado *O Berro D'Água*, no qual constam artigos escritos por professoras e entrevistas. Com 12 páginas, o jornal publicou a primeira edição em 1987, com a proposta editorial de dar “voz e vez a tudo e a todos”, para dar lugar “à contradição”, “revitalizar a cultura dessas margens”, para “gritar, vazar a dor” (EDITORIAL, 1987, p. 3). Fundado por uma classe letrada preocupada em representar a cultural local, o periódico possibilitou a livre circulação de ideias sobre os rumos políticos, econômicos e culturais de Juazeiro.

⁶ <https://projetomariafrancapires.blogspot.com/>

Com formato semelhante ao modelo tablóide europeu, a publicação era mensal e as tiragens, segundo Marcos Viana (2008), variavam de 500 a 3.000 exemplares, tinha assinatura, mas era vendido principalmente em bancas. Devido a dificuldades financeiras, após dois anos de circulação o periódico foi extinto. Ainda assim, o *O Berro D'Água* cobriu os rumos culturais e políticos da cidade, os desafios ambientais, as tradições ribeirinhas, bem como permitiu a inserção feminina na imprensa alternativa.

Diante disso, um problema de pesquisa se levanta: de que forma essas mulheres ao emitirem opinião introduziram visões de mundo que refletem os desafios da mulher contemporânea? Para responder a esta questão, a pesquisa analisou a inserção dessas mulheres na agenda do jornal a partir dos artigos escritos por elas; e as entrevistas, nas quais se evidenciam escritas de si a partir do momento em que narram aspectos de suas trajetórias de vida.

O percurso metodológico da pesquisa está fundamentado no campo interdisciplinar da história da comunicação. Recorremos à teoria da história para compreender a natureza da documentação histórica. Para Michel de Certeau (2008), é necessário proceder à operação historiográfica, fundamentada em um lugar, no qual se instauram os métodos; os interesses e a organização dos documentos; os procedimentos de análise; e a construção de um texto em escritura. Assim, *O Berro D'Água* é compreendido no contexto da cidade juazeirense a fim de entender os significados das vozes femininas que ecoam por meio do jornal.

A primeira fase da pesquisa foi realizar o inventário das 13 edições de *O Berro D'Água* dos anos 1987 a 1988. Foram encontrados seis artigos, três poesias, uma crônica, uma resenha e duas entrevistas com professoras. Foi identificada a autoria dos escritos jornalísticos, profissão das autoras, gênero jornalístico, tema e palavras-chaves contidas nos textos.

Para interpretar as mensagens produzidas pelas mulheres, recorremos novamente à teoria da história pela especificidade do documento, cuja natureza é composta por fragmentos. A historiadora Arlette Farge (2017) traz uma valiosa contribuição aos estudos de comunicação ao compreender que os fragmentos encontrados em um arquivo possibilitam inferir sobre modos de existência no aparentemente insignificante. Como afirma a autora, no detalhe sem importância, percebemos a capacidade que o arquivo tem de oferecer “rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los” (FARGE, 2017, p. 48). Assim, compreendemos os textos encontrados no “*O Berro D'Água*”, como fragmentos, pistas

menores que permitem identificar uma produção jornalística que possibilitou o protagonismo e a visibilidade das mulheres.

A relevância de investigar a participação das mulheres no campo da imprensa se deve à necessidade de mapear essa produção e também reunir material analítico. Ainda há poucos registros sobre a participação de mulheres na imprensa de Juazeiro, localizando apenas o estudo de Victória Rodrigues (2019) que analisou as representações sobre as mulheres a partir da escrita do tipógrafo José Diamantino de Assis em *A Marreta*.

Mulheres escrevendo para a imprensa

Antes da família real chegar ao Brasil em 1808, ainda não havia oficialmente a livre circulação de jornais no Brasil. Décadas depois, a imprensa feminina surgiu no Brasil. Segundo Dulcília Buitoni (2009) e Constância Duarte (2017), o primeiro jornal a publicar periódicos femininos foi *O Espelho Diamantino*, em 1827, no Rio de Janeiro.

Apesar de ter iniciado a inserção, esses periódicos eram feitos para o público restrito, pois existia um custo alto e o índice de analfabetismo era alto. Segundo Nayara Moura e João Ricardo Pires (2018), ainda no século XIX, começaram a surgir jornais escritos por mulheres, porém elas usavam pseudônimos, pois as produções eram consumidas majoritariamente por homens. Destes periódicos, circularam *A Esmeralda* e *O Jasmim* (1850) em Recife, Myosotis (1875); no Rio de Janeiro, *O Belo Sexo* (1874), na década de 1870 *O Domingo* e *Jornal das Damas*; Em Minas Gerais, circularam *O Sexo Feminino* (1873); em São Paulo, *A Família* (1888) e, em 1897, *A Mensageira* (MOURA & PIRES, 2018).

Já o primeiro periódico que foi liderado e escrito por mulheres foi o *Jornal das Senhoras*, que teve início em 1855, produzido por Joana Paula Manso de Noronha, argentina que morava no Rio de Janeiro (CASADEI, 2011). Os textos publicados não eram assinados, deixando-as no anonimato.

No século XX, a imprensa feminina começou a ganhar mais força. Nas décadas de 1920 e 1930 os debates políticos - em 1932 passou a valer o voto feminino - ajudaram para que houvesse o surgimento de periódicos mais politizados (LOBATO, 2013). Com isso, questões que abordavam o universo feminino começaram a ser expostas na imprensa feminina.

Na imprensa de Juazeiro, identificamos que, na década de 1970, o jornal *Rivale - Renovação e Integração do Vale* - publicou artigos escritos por mulheres, como a professora Valdelice Leal Rodrigues sobre a precarização do trabalho docente no interior do município. Segundo Valdelice, as professoras foram designadas “a lugares onde não há nem mesmo sala de aula ou o lugar onde se possa improvisá-la. Outras, para rincões onde é humanamente impossível viver, pois falta o essencial, o combustível que faz funcionar a máquina da vida: a alimentação” (RODRIGUES, 1973, p. 10).

Também localizamos a participação da professora e radialista Marta Luz Benevides que teve o programa de crônicas radiofônicas “E Nós para onde Vamos”, na Rádio Juazeiro, na década de 1970 e 1980. Além desses jornais, foram encontrados textos escritos por mulheres no *Jornal de Juazeiro*, Maria Izabel Figueiredo Pontes foi uma das mulheres que contribuiu com o jornal, no entanto eram poucas as autoras femininas que escreviam. Contudo, verifica-se que em *O Berro D’Água* o espaço foi ampliado para que as mulheres pudessem escrever artigos de opinião sobre assuntos como aborto, lutas femininas e direitos sociais. As mulheres identificadas nos jornais, em sua maioria, eram professoras, como se constata na tabela abaixo:

Tabela 1: Textos escritos por mulheres no jornal

Nome	Título	Ano	Profissão	Gênero	Palavras-chave
Elisabet Moreira	Cultura, pois é, cultura.	1987	Professora	Resenha	História; Bertolino;
Elisabet Moreira	8 de março: mais uma comemoração ou uma reivindicação concreta?	1987	Professora	Artigo	Mulher; Homem; Defesa; Violência
Maura	Nos Limites	1987	-	Poesia	Viver; Virar; Delírio

Zita Alves de Andrade	O verbo	1987	-	Poesia	Passado; Presentes; Futuro
Irene	Ressurreição	1987	-	Poesia	Verdade; Loucura; Cabeça
Eliane Cabral Lima	Aborto e Constituinte.	1987	-	Artigo	Mulher; Aborto; Constituinte
Layse de Luna Brito	Lideranças	1987	Professora e escritora	Artigo	Liderança; Influência; Líderes
Layse de Luna Brito	Cuidado! Seu nome é mulher	1987	Professora e escritora	Artigo	Mulher; Feminilidade;
Suely Cristina	Crônica de Adeus	1987	-	Crônica	Crônica; Adeus; Drummond
Elisabet Moreira	Parto do pai	1988	Professora	Artigo	Licença; Paternidade; Trabalho
Valdelice Leal Rodrigues	Defesa do São Francisco.	1988	Professora	Artigo	São Francisco; Movimento em Defesa do Velho Chico

O primeiro texto escrito por uma mulher encontrado no jornal foi escrito por Elisabet Moreira, paulista que mora em Petrolina, Pernambuco desde 1976. Professora aposentada, escreveu em *O Sertão*, de Petrolina, e teve um programa de rádio chamado “*E Agora*

Mulher?”, veiculado na Emissora Rural, que abordava assuntos relacionados à condição feminina.

Na 2ª edição do jornal, em 1987, ela fez comentários sobre o livro de Bertolino Alves, “O ONTEM, O HOJE, O AMANHÃ nasce uma comunidade”. Trata-se de uma resenha da produção cultural de uma liderança comunitária do povoado de Conchas, como microcosmo do Nordeste. No texto, ela discorre sobre a obra que seria uma narrativa histórica, “ [...] Impressionista, é certo, não científica, mas verdadeira, sentida, dolorosa e cheia de esperança. No registro da luta e evolução da comunidade”. Para a professora e mestre em Letras, a escrita de Bertolino ressoava na proposta pedagógica defendida pelo educador Paulo Freire, para quem a educação se faz no contexto de luta. O líder comunitário tecia uma escritura de sua comunidade a partir do registro não mais “oral ou melancólico, nem o didático ou intelectual, mas a muito do sincero, o abrir-se e consolidar uma proposta. Para Paulo Freire mais uma vez a certeza de sua proposta de educação e de vida” (MOREIRA, 1987, p. 2).

No periódico de março de 1987, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Elisabet Moreira publicou um artigo com o título: “8 de março: mais uma comemoração ou uma reivindicação concreta? ”, no qual conta em seu texto as situações em que mulheres sofrem desrespeitos, “desde pequenas agressões até crimes mais graves como estupros e assassinatos, praticados pelos maridos, companheiros, pais ou irmãos” (MOREIRA, 1987, p. 5).

Elisabet também destaca a falta de políticas públicas como a inexistência de uma delegacia de proteção à mulher. Apesar de ter passado 34 anos, os assuntos abordados nos jornais *O Berro D’Água*, ainda são atuais, como o feminicídio. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência em 2021. No artigo, escrito em 1987, a professora ressaltou a falta de medidas protetivas para reduzir a violência doméstica, a cultura patriarcal de opressão e a inexistência de legislação que protegesse as vítimas do feminicídio.

A vergonha e o medo levam a maioria das mulheres a se calarem. Levantamento feito pela Delegacia da Defesa da Mulher, criada em agosto de 1986 em São Paulo, mostra que a maior violência contra mulher é justamente aquela praticada dentro dos lares, nas quatro paredes do quarto e compartilhada pelos filhos. E que um número muito pequeno de queixas chega às Delegacias, em torno de apenas 10%. Essa proporção é ainda menor quando a agressão parte dos

próprios maridos, companheiros, namorados ou parentes das vítimas. A brutalidade destes crimes soma-se ao descaso com que são tratadas nas delegacias comuns. Uma mulher chegou a declarar: “Os delegados sempre dizem que era melhor não registrar queixa porque o marido poderia ficar com raiva e bater muito mais” (MOREIRA, 1987, p. 5).

Um dado também importante no artigo era demonstrar a necessidade de ajuda psicológica e um atendimento especializado nos órgãos de segurança. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), foi criada na cidade de Juazeiro somente em 2006, no governo de Misael Aguiar Silva Junior. A autora também traz questões emergentes a época como a luta feminista, com a organização coletiva de mulheres para combater a cultura do machismo.

“Daí é que os movimentos feministas, de organizações específicas das mulheres, reconhecendo estas condições adversas reivindicam delegacias especializadas para defesa da mulher, somente com funcionárias mulheres, no tratamento mais humano e mais adequado à sua condição. Inclusive porque, como a maioria desses crimes implica em sexualidade e tabus culturais, o caso realmente torna-se muito mais delicado e constrangedor para a vítima” (MOREIRA, 1987, p. 5).

Na mesma edição do jornal, Eliane Cabral Lima, profissão não identificada, escreveu um artigo sobre “Aborto e Constituinte”, no qual traz argumentos e questionamento ao Estado e algumas religiões que se colocam contra o aborto e o direito à interrupção da gestação: “[...] cabe a mulher a liberdade de decidir sobre a continuidade ou não de uma gravidez inoportuna” (CABRAL, 1987, p.7). Assuntos como o aborto até hoje são discussões polêmicas, o que mostra a relevância de discutir essa temática.

Layse de Luna Brito, professora e escritora, publicou na 8ª edição do jornal, um artigo intitulado como “Cuidado! Seu nome é mulher”. O texto discorre sobre as transformações sociais no mundo do trabalho e a igualdade de gênero. Antes consideradas donas de casa, frágeis, inseguras, inaptas para algumas funções, as mulheres começaram a se tornar concorrentes fortes no mercado de trabalho.

Antigamente, um aviso como este subentendia uma série de melindres com que a mulher deveria ser cercada ou as precauções a serem tomadas se ela aspirasse a algum trabalho importante. A mulher era vista como frágil, insegura, inapta para determinadas funções, enfim, desinteligente e desinformada. Com tais características, sua única chance seria permanecer em casa, cuidando dos filhos e se especializando em prendas domésticas. A superproteção com que

cercavam a mulher era, simplesmente, uma maneira de impedir que ela descobrisse e aceitasse as situações de desafio que a colocaria em nível de igualdade com os homens (BRITO, 1987, p. 10).

A defesa de Layse era que as mulheres se mostravam dispostas a engajamentos a favor da igualdade, pois queriam participar do processo de mudança social e terem seus direitos garantidos, como uma condição feminina, rompendo padrões de estigmatização:

A verdade é que, no passado, a feminilidade era apenas um mito para a coisificação da mulher que, confinada no lar, tornava-se intelectualmente inferior ao homem. Cuidado! Seu nome é Mulher! Hoje, a interpretação de tal aviso é a seguinte: Cuidado! É mais uma concorrente no mercado de trabalho. Não passe as dicas. Acabaram-se as regalias e delicadezas. A mulher, agora, quer participar do processo de civilização. Não se satisfaz somente em acompanhar a evolução dos tempos sem nela estar inserida como militante, opinando e participando das decisões. Descobriu que feminilidade não exclui capacidade intelectual produtiva. Ainda sabe ser terna, mas aprendeu a ser energética; sabe ouvir, mas, igualmente, sabe fazer valer seus pontos de vista; sabe ser compreensiva, sem ser "Amélia". (BRITO, 1987, p. 10).

Os assuntos dos artigos escritos por essas mulheres até hoje são discutidos pela sociedade. Escritos no final da década de 80, trouxeram para a esfera pública temas como a luta pela emancipação feminina e como as mulheres da região do Vale do São Francisco lutavam para romper processos históricos de violência e supressão de direitos de geração de mulheres, como poderemos ver nos depoimentos de professoras como Maria Franca Pires e Antonila da França Cardoso, presente nas entrevistas encontradas em *O Berro D'Água*.

Mulheres tecendo sua história a partir das entrevistas

A entrevista é a possibilidade de alcançar o diálogo com o outro (CAPUTO, 2006, p. 20). Recorrendo às contribuições de Cremilda Medina, a jornalista compreende que quando o diálogo acontece, entrevistado e entrevistador saem modificados do encontro, eles têm uma compreensão do outro de forma mais significativa. Esse diálogo tem a potência de desvelar histórias, promover a escuta atenciosa do outro e de tornar experiências de vida algo compartilhável rendendo discussões que não se esgotam ali no momento do encontro, mas continuam a ecoar na duração do tempo.

Em *O Berro D'Água*, essa técnica de aproximação de uma realidade foi muito utilizada para promover o encontro de jornalistas com personalidades da sociedade

juazeirense, entre elas importantes professoras e intelectuais da cidade como: a cronista, poetisa e pesquisadora da cultura sanfranciscana Antonila da França Cardoso e Maria Franca Pires, também pesquisadora da história local da cidade e considerada “figura de peso na cultura juazeirense”.

Maria Franca Pires nasceu em Remanso-BA, na Fazenda Salinas e veio para Juazeiro com dois anos, terra onde criou raízes. Sem ter se casado, Maria dedicou sua vida à docência e à pesquisa da cultura popular. Colecionadora de fotografias e objetos desde a infância, ela se tornou uma escutadeira que se preocupou em escutar não a história registrada em livros, mas aquela que “vive na cabeça do povo”. Costumava dizer que “toda história que aconteceu é importantíssima. Não existe uma história mais importante que outra” (ESTÓRIAS..., 1987, p.7).

Entrevistada na edição número nove do periódico, referente ao mês 20/10 a 20/11 de 1987, Maria Franca Pires narrou como era ser mulher de classe média na primeira metade do século XX em Juazeiro. Segundo a pesquisadora, era preciso dar satisfação da sua vida para a família: pai, mãe, avós, “tias velhas e os primos velhos ainda eram tios, também. A gente tinha que respeitar essa gente toda. Vivíamos dando satisfação dos nossos atos à família toda e eu não gostava de fazer isso, mas tinha as minhas limitações” (ESTÓRIAS..., 1987, p. 6).

Maria Franca Pires acreditava que tinha nascido na época errada para o seu temperamento, para o tipo de pessoa que ela era. Uma mulher de franqueza, de “ideias próprias e coragem desconcertante”, que não gostava de receber ordens, mas de liberdade, de dirigir a si própria. Ela precisava fugir de casa para ir passear na rua ‘D’Apolo e “sentia uma verdadeira revolta” contra o pai quando ele dizia que a rua D’Apolo não era lugar de moça decente. “Naquele tempo, para sair, quantas e quantas vezes eu chorei na porta desta casa em que nós estamos. Porque eu queria passear na rua D’Apolo e meu pai dizia que a rua D’Apolo não era lugar de moça decente. Imagine! Eu achava que toda decência estava na rua D’Apolo!” (ESTÓRIAS..., 1987, p. 6).

De acordo com Teresa Malatian (2009, p. 195), a escrita de si é uma escrita na primeira pessoa na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam “a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito”. Entre esses documentos, está a entrevista de história de vida.

Notamos que, ao narrar seus passeios na Rua D’Apolo e as idas ao Cine São Francisco, Maria Franca Pires não apenas registrou uma escrita de si que revelou dimensões íntimas da sua vida como também evocou uma memória do comportamento das mulheres de classe média na primeira metade do século XX. Para os passeios na rua D’Apolo, não era comum às mulheres da época pintar os olhos, mas acentuavam as sobrancelhas com tampa de curtiça queimada. As moças passeavam de braços dado com os rapazes, entre eles, sempre havia um mais “namorador”, no entanto, entre as moças não havia nenhuma “namorada”, todas elas tinham muita preocupação com a moral, como iam ser vistas diante do olhar da sociedade, uma pressão que não parecia ser sofrida pelos homens da época, pelo menos, não na mesma intensidade.

Havia uma desigualdade na forma como as mulheres eram tratadas, as expectativas que a família, a sociedade tinha sobre elas, no jeito de se vestirem e se comportarem. No cinema, havia uma sessão mais barata apenas para elas. “Só para as mulheres era mais barato”, apontou Maria Franca Pires. Se ela fizesse dois passeios a bordo dos vapores, no terceiro, o pai achava que estava participando demais do passeio, o que não era visto com bons olhos.

Em seus trabalhos, essas mulheres de letras, ainda que ocupassem algum papel de destaque na história da cidade, enfrentaram muitas dificuldades para terem o reconhecimento como personalidades notáveis da sociedade juazeirense. Maria Franca Pires explicou que se formou como professora, porém, a luta foi intensa para exercer o seu ofício. Uma das fundadoras da escola do SENAI em Salvador, acabou sofrendo perseguição política feita pelo Partido Social Democrático (PSD), sendo transferida para diversos municípios da região sanfranciscana até ter sua cadeira como professora firmada em Juazeiro no ano de 1951.

Segundo Saffioti (2013), a representação feminina no ensino superior era bastante escassa até 1930, concentrando-se, sobretudo, em ramos do ensino menos valorizados socialmente. Saffioti destaca que, em 1940, somente 43% da população brasileira acima de 10 anos sabia ler e escrever; desse total, os homens com idade superior a 10 anos representavam 48,3% da população alfabetizada, enquanto apenas 38% das mulheres nas mesmas condições dominavam a leitura e a escrita. Dessa maneira, historicamente a mulher foi excluída do processo de educação, sendo que a sua inserção como professoras foi um processo árduo e emancipatório, pois assegurou às mulheres desafiar o patriarcado e desafiar signos constituídos historicamente sobre a sua condição feminina. Como afirma Buitoni

(2009), a mulher estava representada muitas vezes pela imprensa nos signos de trabalho doméstico, casamento e maternidade.

Em maio de 1988, *O Berro D'Água* entrevistou Antonila da França Cardoso, representante de uma família de professores e uma intelectual que documentou o folclore e as manifestações culturais de Juazeiro no livro “Nosso Vale... seu folclore beira-rio”. Antonila contou que não trabalhava da forma como gostava. Nos colégios em que lecionou, Edson Ribeiro e Rui Barbosa, os cidadãos juazeirenses fiscalizavam seu trabalho, ao pesquisar sobre o folclore da região, pessoas se encarregavam de dizer: “aos Congos: não cantem para ela, porque é dos Viana; nos candomblés: ‘não deixem que ela entre, porque é protestante, e assim por diante” (ANTONILA..., 1988, p. 6). Também encontrou dificuldade na recepção das crônicas que escrevia para a Rádio Juazeiro, onde denunciava os problemas da cidade.

O prefeito de Juazeiro na época, Durval Barbosa, era amigo da família de Antonila e sempre que alguma de suas crônicas o desagradava ele ia queixar-se com o irmão Antonilo da França Cardoso, pois lhe era esperado um “padrão familiar”. E por que não se queixar com a própria Antonila? Mesmo as ambições e subversões dessas mulheres precisavam passar pela aprovação da elite de Juazeiro e a submissão às tradições familiares, marcadas pelos valores patriarcais.

Segundo narra Antonila, a sua opinião também não foi aceita pelos setores administrativos da cidade, como o setor de trânsito e de justiça. “Chegou-se a um ponto em que, ou me inimizava com a cúpula administrativa da cidade e magoava minha família, ou ficava bem com todo mundo e deixava de ser eu mesma. Resolvi ir embora” (ANTONILA..., 1988, p. 6).

Em 1976, Antonila foi morar em Brasília, onde trabalhou na Câmara dos Deputados e, 12 anos após sua saída de Juazeiro, contou em entrevista ao *O Berro D'Água* que ainda aguardava uma mudança na mentalidade dos cidadãos juazeirenses, na maneira deles de verem as coisas. Ela sentia que Juazeiro ainda estava parada no tempo, principalmente na forma como a sociedade da época enxergava as mulheres, sempre direcionando “uma linguagem retrógrada” e “uma mentalidade impregnada de preconceito”. “Pessoas da classe média aqui ainda dizem: ‘a rapariga de fulano...’ Há 12 anos que eu não ouvia essa expressão” (ANTONILA..., 1988, p. 6).

“E quase sempre se diz que o marido largou a mulher e nunca a mulher largou o marido. Estou habituada a ouvir ‘o casal se separou, não dava mais’. Ao mesmo tempo que Juazeiro é vista como uma

cidade progressista, avançada, em dia com a moda e os hábitos televisivos há bolsões preconceituosos e estagnados aqui e ali” (ANTONILA..., 1988, p. 6)

Apesar de não nomear explicitamente, Antonila conseguiu apontar as desigualdades ocasionadas pelos papéis feminino e masculino. Como as mulheres que não se encaixavam aos padrões patriarcais da época eram sempre associadas a termos pejorativos, e mesmo aquelas que cumpriam o papel designado ao feminino eram conjugadas na voz passiva, vistas como submissas, sujeitos sem vontades, como se não tivessem suas próprias subjetividades e poder de escolha.

Compreendemos que essas mulheres estavam condicionadas aos preconceitos que advinham das relações de poder desiguais dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. De acordo com a construção social da época, as mulheres tinham que se submeter e responder à figura masculina. Não eram vistas como sujeitos autônomos. E mesmo as que atuavam no mercado de trabalho, alcançavam uma condição de classe privilegiada, como professoras, intelectuais, ainda sofriam com o crivo da dominação masculina que fazia a manutenção do silêncio e procurava meios de controlar aquilo que poderia ou não ser dito por elas. Pois, pela forma da organização social da relação entre os sexos, o lugar da mulher era o do silêncio, da invisibilidade. “Quer dizer: o espírito era rebelde mas as leis exigiam silêncio”, como declarou Maria Franca Pires ao narrar a revolta que sentia ao ser proibida de ir passear na rua D’Apolo.

Ambas, Antonila da França Cardoso e Maria Franca Pires, foram mulheres de letras com um pensamento à frente do seu tempo. Estruturas de pensamento que fugiam às normas da tradição e do patriarcado. Mas também eram mulheres apaixonadas pela cultura juazeirense. Ao rememorem momentos de sua história de vida, elas também conseguiram produzir uma memória cultural da cidade que está intrinsecamente ligada a suas experiências subjetivas enquanto sujeito mulher.

Considerações finais

Investigar a presença dos corpos femininos na imprensa regional é uma forma de romper com o apagamento da história das mulheres. Associadas ao signo da domesticidade e invisibilizadas pela sociedade durante muitos anos, as mulheres lutaram pelo direito de discutir questões sociais e políticas através da colaboração em veículos alternativos. Nesse sentido,

devemos ressaltar que a abertura dada pelo jornal *O Berro D'Água* às mulheres de letras foi de vital importância para a luta feminina ao inserir visões de mundo de professoras e colaboradoras da imprensa na esfera pública de Juazeiro, Bahia.

Identificamos que a participação dessas mulheres no debate público com voz política trouxe proposições que até hoje permanecem relevantes como as discussões sobre aborto, violência doméstica, cultura patriarcal, igualdade de gênero no mercado de trabalho e a luta feminista. Através das entrevistas com professoras que narraram aspectos de suas trajetórias de vida também pudemos perceber uma escrita de si que produziu uma memória cultural acerca do comportamento das mulheres de classe média e como ele estava condicionado aos preconceitos de gênero ocasionados pelos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Assim, demonstrando como a violência e supressão de direitos das mulheres fazem parte de um processo histórico que até hoje perdura na construção social do país.

REFERÊNCIAS

ANTONILA 12 anos depois. **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano II, n. 14, p. 6, 01 de maio a 01 de junho de 1988.

BRITO, Layse. “Cuidado! Seu nome é mulher”. **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano I, n. 8, p. 10, 20 de agosto a 20 de setembro de 1987.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CASADEI, Eliza Bacheга. A Inserção das Mulheres no Jornalismo e a Imprensa Alternativa: Primeiras Experiências do Final do Século XIX. **ALTERJOR**, São Paulo. Ed: 3, ano II, jan. - jun. 2011, p. 8.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DOS SANTOS, Victória Cristina Rodrigues Resende. **"São Por Acaso Umás Santas Estas Garotas Daqui?": As Representações Femininas no Jornal Satírico A Marrêta (1935-1936)**. Juazeiro, 2019. 12 p. Monografia (Jornalismo em Múltiplos Meios). Universidade do Estado da Bahia.

EDITORIAL. **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano I, n. 1, p. 3, janeiro de 1987.

ESTÓRIAS Juazeirenses. **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano I, n. 9, p. 6, 20 de outubro a 20 de novembro de 1987.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

LIMA, Eliane. **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano I, n. 3, p. 7, março de 1987.

LOBATO, Mayara Luma Maia. **A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX**. 9º Encontro Nacional de História e Mídia UFOP- Ouro Preto, Minas Gerais, 30 de maio a 1 de junho de 2013.

MALATIAN, Teresa. “Narrador, registro, arquivo”. **In: O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MOREIRA, Elisabet -“8 de março: mais uma comemoração ou uma reivindicação concreta?”, **O Berro D'Água**. Juazeiro, ano I, n. 3 , p.5, março de 1987.

MOURA, Nayara Aparecida; PIRES, João Ricardo F. . A inserção feminina por meio da escrita nos jornais de Divinópolis: o caso Estrella da Oeste. **In: Carlos Martins Versiani dos Anjos; Flávia Lemos Mota de Azevedo; José Heleno Ferreira; João Ricardo Ferreira Pires; Lúcia Maria Silva Arruda. (Org.)**. História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: perspectivas História, Cidadania e Direitos Humanos. 1ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - EdUEMG, 2018, v. 6, p. 359-368.

PAULO, Paula Paiva.. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. **G1, 2021**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algu-m-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>> Acesso em: 12 de ago. de 2021.

RODRIGUES, Valdelice Leal. Professoras primarias sofrem no interior. **Rivale**. Juazeiro, p. 10, 03 de junho de 1973.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.